



ESTADO DE GOIÁS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

PARECER Nº 64/25 DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO (CJR), DE 12 DE AGOSTO DE 2025

Projeto de Lei Ordinária nº 103/25, de autoria do poder legislativo que institui o “Programa “Adote o Uniforme de uma Escola”

Relator: Ver. Renato Lôbo e Silva

I – Relatório

Institui, no âmbito do Município de Formosa-GO, o programa “Adote o Uniforme de uma Escola”, com o objetivo de incentivar pessoas jurídicas a doarem uniformes escolares para estudantes da rede pública municipal de ensino. A proposta estabelece regras para adesão, critérios de qualidade, logística de entrega e divulgação institucional dos apoiadores, sob coordenação da Secretaria Municipal de Educação.

II - Fundamentação Jurídica

A análise de constitucionalidade da matéria exige a observância de três aspectos: **competência legislativa, iniciativa e conteúdo jurídico**.

1. Competência Legislativa

A iniciativa insere-se na competência legislativa municipal prevista no art. 30, I e II, da Constituição Federal, uma vez que trata de interesse local e de suplementação à legislação federal e estadual, no que couber, especialmente na área de educação pública municipal e incentivo à participação da sociedade civil.

2. Iniciativa Legislativa

A proposição é de iniciativa parlamentar e versa sobre matéria de interesse geral, sem interferir na estrutura administrativa nem criar ou modificar atribuições de órgãos do Executivo de forma indevida, sendo, portanto, legítima a iniciativa do Vereador proponente.

3. Conteúdo e Legalidade

O conteúdo da proposta é compatível com a legislação vigente, observando princípios como o da legalidade, impessoalidade e interesse público. A técnica legislativa empregada respeita a Lei Complementar nº 95/1998, apresentando redação clara, objetiva e organizada, com dispositivos bem estruturados e coerentes com o ordenamento jurídico.

IV – Conclusão

Diante do exposto, esta Comissão entende que o Projeto de Lei Ordinária nº 103/2025 atende aos requisitos formais e materiais exigidos, não apresentando vícios de constitucionalidade ou de técnica legislativa que impeçam sua tramitação.

V – Voto



ESTADO DE GOIÁS
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

PARECER Nº 64/25 DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO (CJR), DE 12 DE AGOSTO DE 2025

Diante do exposto, recomendo a **aprovação** do Projeto de Lei Ordinária nº 103/2025, por sua regularidade formal e material, bem como a relevância social e educacional da medida proposta.

Câmara Municipal de Formosa, 12 de agosto de 2025.

┐

┐

┐

Presidente

Relator

Membro

┐

┐

Membro

Membro